

A Comunidade Rural e sua Organização

ANTÔNIO GONÇALVES DE OLIVEIRA (*)

Comunidade rural é um grupo, ou reunião de grupos primários, localizados numa determinada superfície cultivável, possuindo centros de interesse e necessidades comuns, e cujos membros interagem conciente e cooperativamente. Entendemos, pois, de acordo com esta definição, que os indivíduos que a compõem vivem em contato direto, face a face, e percebem os elos comunitários. Caracteriza-se pela sua área limitada, tendências agrícolas, elementos humanos e centros de interesse que podem ser: a igreja, uma vila, povoado, armazém. Distingue-se também pelo esforço conjugado e cooperativo dos habitantes, procurando aumentar as relações harmônicas, afim de alcançar a felicidade coletiva. É a menor unidade geográfica habitada por indivíduos que se influenciam reciprocamente. A sua maneira de agir em conjunto possui um limite, que é demarcado pelas fronteiras sociais de seus agremiados, ou seja, até onde os agricultores fazem, com frequência, o seu comércio, e praticam a interação. Com o tempo, as divisas podem ser alteradas pelo aumento, ou diminuição de metros quadrados, ou mudança de centros de interesse. É possível, por meio de pesquisas, localizar as comunidades e tirar as respectivas plantas.

Para o estudo minucioso da comunidade rural é necessário conhecer as suas condições ecológicas: local, limite físico e social, a topografia, as populações, a família e o seu vestuário, os fatores atmosféricos, a flora, a fauna, as moradias, bem como o seu comércio interno e externo, a comunicação, o transporte, o embelezamento das propriedades rurais, o nível de vida, o regime de trabalho, a educação, o governo local, o insulamento, a liderança, a religião e a moral, a solidariedade, os desajustamentos, o lazer, as diversões, o valor das terras, o conflito e a competição.

Classificação das Comunidades Rurais

O Brasil rural está pouco adiantado no que se refere à organização social. Há uma tendência, porém, para o aumen-

(*) Professor do Departamento de Economia Rural da ESAV.

to dos grupos de localidade. O pequeno grupo familiar das fazendolas e sítios é apenas uma vizinhança. Tôdas as nossas vilas são, de fato, centros de interêsse das populações campezinas, e, portanto, comunidades rurais, aliás as mais numerosas, isto é, 3.268.

Incluindo alguns municípios menos populosos, usinas de açúcar e fazendas de café, podemos contar cêrca de 5.000, em nosso país. Há dificuldade em classificá-las, porque não possuímos uma boa organização administrativa e social, entretanto, vamos tentar o que, pensamos, ainda não fizeram outros mais conspícuos. São as seguintes: monocultora, nômade rural, urbana, agro-pecuária, agro-industrial, imigratória, policultora, cosmopolita, étnica, interior, criadora, simples, complexa, topográfica e agro-distrital. Os critérios de classificação empregados foram: os elementos raciais, o meio de vida, o ambiente geográfico, as plantas exploradas, a sua estrutura, a proximidade, ou afastamento dos centros populosos e culturais, ou das vias de comunicação.

NÔMADE é a formada pelo domínio rural ambulante. Foi comum durante a epopéia das bandeiras, pois os apaniguados iam com o seu patrão, senhor de terras e de engenhos, afim de adquirir mais propriedades, mercê dos serviços prestados ao reino, na caça ao selvagem, no povoamento do solo, etc.. A sua importância é mais histórica do que atual.

RURBANA é a constituída por indivíduos cujas relações sociais foram bipartidas entre a cidade e o campo.

IMIGRATÓRIA é a de estrangeiros oriundos de uma nação apenas e ainda não assimilados.

ÉTNICA é a de quistos raciais inassimiláveis (japoneses)

COSMOPOLITA é a de várias nacionalidades, sem assimilação perfeita.

AGRO-PECUÁRIA é a que explora a terra e a indústria pastoril.

CRIADORA é a que tem por fonte de renda a pecuária.

AGRO-DISTRITAL é a que tem por sede uma pequena povoação.

TOPOGRÁFICA é a limitada por acidentes físicos.

MONOCULTORA é a que se mantém com a exploração de um vegetal apenas.

POLICULTORA é a que adota a exploração de vários vegetais.

INTERIOR é a localizada muito além dos centros sociais civilizadores e de comércio quasi nulo.

SIMPLES é a constituída de um grupo somente.

COMPLEXA é a de dois ou mais grupos.

AGRO-INDUSTRIAL é a que explora os campos e a tecnologia agrícola.

A esfera administrativa nem sempre coincide com a econômica, pois os habitantes de uma comunidade podem cumprir os seus deveres civicos numa vila, ou cidade natal, e vender, comprar e ir com mais frequência a outro distrito, ou comarca. A vizinhança pode formar uma outra comunidade, ou desaparecer aderindo a esta.

Fazendo-se um inquérito entre os moradores locais, ou negociantes, é possível traçar os limites de sua ação social. Alguns fazendeiros possuem duas residências, de maneira que a sua vida é alternativamente rural e citadina.

De vez em quando, dirige-se o lavrador ao distrito próximo, afim de assistir à missa, aos domingos e dias de festas tradicionais, ou vai comprar, vender, ou registrar um filho. Dirige-se ao município ou termo vizinho, para efetuar o pagamento de impostos. Encaminha-se para a comarca, afim de cumprir o seu dever de jurado, ou resolver suas questões de direito. Tais contatos civilizadores são, todavia, pouco frequentes. Numa comunidade rural devemos distinguir a sua estrutura e sua função; ou sejam: a anatomia, e a fisiologia do seu organismo; a estática e a dinâmica; a base física e a social. Na primeira, analisamos as suas veias e nervos, isto é, as suas ferrovias, estradas de rodagem, caminhos, trilhas, as condições ecológicas, a área, os grupos relativamente ao sexo, número e idade dos indivíduos; na segunda, examinamos a interação das pessoas e dos grupos, a família e as questões econômico-sociais, ou melhor, os fatores da produção, os educativos, higiênicos, o embelezamento, a mobilidade, as classes e as profissões.

Por causa das condições ecológicas singulares, observadas no território nacional, a organização das nossas comunidades rurais torna-se um problema regional, e deve surgir dos interesses comuns dos moradores de uma determinada área, porquanto êles, somente em conjunto, criariam agências de melhoramento social. A organização jamais deverá ser obrigatória, coercitiva, padronizada, para todo o país, visto que pressupõe a liderança, a prática da democracia, a espontaneidade, o trabalho racional, o aumento dos contatos socializadores, pelas vias de comunicação, a maior densidade

demográfica, favorecendo os ideais cooperativistas e aproximando as vizinhanças. É antes uma atitude do povo que deve ser habilmente conduzida. O cooperativismo, o serviço social, as escolas, o serviço de extensão contribuem para organizá-la. É necessário que haja para isto a interação de famílias e instituições, a unidade de propósitos e sistemas adequados, afim de que se alcance o alvo colimado. Como no corpo humano, ou num relógio, todos os seus membros devem estar bem ajustados e aptos a manter o seu funcionamento. E' preciso, outrossim, habilitá-la a bem agir relativamente às comunidades vizinhas. Não é, porém, uma perfeita obra de engenharia, pois o seu processo social é evolutivo, e há contínuas mudanças no tempo e no espaço, e constantes ajustamentos a novas condições de vida. Os objetivos são: difundir as relações entre os grupos e indivíduos, que os habilitem a agir conjuntamente, criar e manter facilidades e agências afim de que sejam alcançados os mais altos valores, obter a consciência dos elos comunitários, conseguir a participação de pessoas, ou grupos arredios, promover a solidariedade, o amparo, a unidade de ação entre os seus membros, evitar os conflitos desnecessários, promover o controle, as recreações e as festas, de acôrdo com a psicologia do povo, cooperar com os vizinhos para melhoria das estradas, discutir os problemas comuns, desenvolver a liderança, fundar jornais e cooperar com os agentes do serviço de extensão, em beneficio geral.

As medidas devem ser tomadas habilmente, no momento preciso, psicológico, sem um plano preconcebido, uniforme, formal, estático, mas sim de acôrdo com as necessidades do momento e as condições regionais.

Os tipos e métodos de organização variam de acôrdo com o tamanho das comunidades, a época e os elementos disponíveis. É necessário fazer antes de tudo uma análise, uma pesquisa do agregado humano, afim de conhecer pormenorizadamente a sua estrutura e função social, os fatores psicológicos, culturais, mesológicos, raciais, os interesses, as necessidades, tendências e forças em conflito, a distância social, as classes, as tradições, os costumes, o número de líderes naturais, as atitudes dos indivíduos e do povo, afim de se descobrir o que é possível realizar com os dados obtidos. O ideal seria alcançar a boa vontade e a confiança de todos, antes de empreender as melhorias. O primeiro passo deve ser a organização de um centro recreativo para socializar os indivíduos, uma vez que se deseja uma ação em conjunto. É mister aproveitar o ensejo das grandes festas religiosas, profanas e cívicas, os feriados, as exposições, os

convescotes, o dia da árvore e da colheita, alim de intensificar a propaganda sobre vários assuntos agrícolas e criar, o espírito comunitário, apostólico, de sacrifícios, de iniciativa, em proveito comum. É preciso contrapor à vaidade, ao capricho, ao comodismo, a cooperação, o desprendimento e os ideais associativos.

Se o povo não se organiza por si, deve ser auxiliado pelos agentes do serviço de extensão, ou visitadoras sociais, mostrando-lhe o exemplo estimulante de outras agremiações bem sucedidas. Infelizmente, o nosso homem rural está com um atraso social de vários decênios.

As vezes surgem idéias de melhorias especiais, como o embelezamento das fazendas, a fundação de clubs esportivos, escolas, associações de donas de casa, ligas cívicas e de melhoramento escolar, que contribuem para aumentar a socialização dos membros da comunidade. O jornal agrícola deve exercer um papel relevante neste particular, promovendo as iniciativas louváveis.

Nas cidades há mais cooperação, porque muitas coisas são necessariamente comuns e socializadoras, como sejam: o serviço de luz, de água, o sanitário, o sistema educativo, as posturas municipais, as construções padronizadas, etc.. O homem rural, pelo contrário, constrói, como quer, a sua casa, e leva pelo modo que entende a água para a sua moradia, tornando-se, pois, individualista, voluntarioso e avesso à cooperação. Se, por um lado, existe mais democracia no meio rural, porque há menor número, ou ausencia de castas e classes sociais; por outro lado, os ideais democráticos são reduzidos pela falta de auxílio mútuo e contatos socializadores, com as várias unidades do país.

A liderança é essencial para que sejam alcançados os objetivos anteriormente mencionados. O líder deve representar o grupo, nas relações externas, harmonizá-lo, sentir as suas necessidades, por em prática os planos traçados e treinar novos líderes para substituí-lo.

Mede-se o adiantamento social de um grupo pelo acréscimo de sociabilidade e pelo número de competições nos negócios, sem que elas degenerem em conflitos.

Os tipos de organização variam de acôrdo com o tamanho das comunidades e dos grupos primários e secundários.

Nas comunidades de um só grupo de confronto, como nas fazendas, basta criar clubs agrícolas, escolas, associações etc. Nas mais complexas poderia haver um conselho de líderes eleitos pelos diferentes grupos. Em suas reuniões

seriam discutidos os problemas do aglomerado rural, fazendo-se projetos e planos que se realizariam metódica e seguramente.

Fôra desejável, existisse, então, uma pequena democracia, na fazenda, uma pátria em miniatura. Os nossos homens do campo deveriam levar a sério as suas campanhas como o fazem no domínio político; porquanto a organização nacional seria o corolário das comunidades bem organizadas. É uma questão de análise, e de síntese organizadora.

Se pudermos criar no meio rural, as mesmas facilidades e instituições da cidade, isto é, livrarias fixas e ambulantes, hospitais, rádio, jornais, escolas, serviço dentário, rodovias, automóvel, etc., a vida dos campos ficaria muito mais saudável, pois, além do que desfruta o cidadão, o fazendeiro poderia respirar numa atmosfera mais oxigenada, beber um leite mais puro e apreciar as belezas naturais.

Precisamos ruralizar a indústria e industrializar a agricultura, e promover o processo de rurbanização, procurando conservar os valores morais do ambiente rural, e extinguir os choques entre a cidade e o campo, bem como os complexos de inferioridade dos fazendeiros, em face dos negociantes e industriais.

A Função Social do Agrônomo e do Técnico Agrícola na Comunidade Rural

Há 15 anos a profissão agrônômica, no Brasil, era encarada com descaso e o agrônomo, considerado um plantador de batatas», sem possuir uma cultura igual à de outros profissionais. Não havia uniformidade nos programas e diretrizes das escolas de agricultura, e, paradoxalmente, uma termeridade alguém dispende numerário para concluir um curso agrônômico, apesar do chavão mil vezes repetido: «O Brasil é um país essencialmente agrícola»... No Ministério da Agricultura havia médicos, militares, coronéis da velha guarda, violinistas, e até alguns formados em agronomia... Leigos em assuntos agrícolas e amadores, não raro, competentes, discutiam sobre zootecnia e culturas especiais. Acompanhamos, através de livros e com vivo interesse, uma notável polémica sustentada pelo médico e filósofo paulista Dr. Luiz Pereira Barreto, e o sábio engenheiro civil e de minas, Dr. Álvaro Astolfo da Silveira, sobre a criação do gado zebu. Houve, na contenda, muita coisa humorística e proveitosa, mercê da inteligência, sagacidade e destemor deste último, que, manejando habilmente a pena, soube representar

os foros de cultura do escolar social do nosso glorioso Estado. Afinal, o Dr. Álvaro, de saudosa memória, saiu vencedor e pôde assistir ao triunfo do gado zebu, em S. Paulo, não obstante a idiosincrasia que lhe votara o esculápio mencionado. Hoje, porém, graças à reforma do ensino agrônomo, o profissional da agronomia possui, ou deve ter um preparo geral, que lhe permita expor claramente as suas idéias, discutir seus problemas, aleançando, assim, um lugar de realce na sociedade a que pertence. Convém observar, todavia, que não lhe bastam os conhecimentos diretamente ligados à cultura dos campos e à pecuária, mas é indispensável estudar os homens e o funcionamento dos grupos humanos que moram no ambiente rural.

E necessário muita paciência, é preciso agudeza de espírito para conseguir a modificação das atitudes sociais do homem do campo. Sem conhecimento da psicologia do homem rural, os serviços de extensão agrícola e a propaganda rural jamais terão continuidade. Haverá vantagem quando guiados por um agrônomo de qualidades sociais espontâneas, para decair e desaparecer nas mãos de profissionais competentes nas especialidades técnicas, mas desconhecedores das leis de aprendizagem psicológica, das diferenças individuais, da diversidade dos tipos adultos, do mecanismo social. O agrônomo, realirmamos, no desempenho de sua nobre missão, além dos conhecimentos especializados e preparo nas ciências físico-químicas e biológicas, precisa saber lidar com os grupos humanos que constituem a comunidade rural. Ele é um consultor de pessoas menos cultas e até rudes, analfabetas e imbuidas de preconceitos seculares, porém tidos como verdades irrefutáveis. Os conselhos e inovações devem ser transmitidos com habilidade, afim de vencer a resistência oferecida, pelos agricultores, às idéias novas da ciência agrônoma. O profissional da agronomia, é, em última análise, um professor do fazendeiro. Para que a sua ação se torne eficiente é necessário saiba qual o feitiço da família rural, as características psicológicas do homem do campo, os modos de vida e os seus padrões de moralidade. No setor educativo poderá prestar um relevante serviço, apontando os defeitos da escola rural.

A exploração dos nossos domínios agrícolas há de começar pela melhor compreensão do homem e da sociedade rudimentar em que ele vive, no ambiente rural. O agrônomo, como agente socializador das comunidades campezinas deve, pois, estar devidamente aparelhado para interpretar as atitudes do rurícola, no seu meio. Dai a importância capital das ciências sociais aplicadas à agricultura.

Quando observamos de perto o homem rural, no complexo de suas relações, em face dos estímulos ecológicos, verificamos que a sua capacidade, nem sempre é aproveitada, ou suas energias, não raro, mal conduzidas, por falta de uma perfeita integração social. Geralmente inculto, quasi sempre a sua produção é insignificante, se comparada com os grandes sacrifícios feitos, às vezes, para alcançá-la. Urge, portanto, aproveitar melhor a sua capacidade realizadora, dando-lhe noções de trabalho organizado e incutindo no seu espírito a necessidade de planejar as suas formas de atividade, afim de que seus esforços mentais e físicos lhe deem o máximo rendimento. É necessário também estimular, com boas maneiras e com o exemplo os indolentes das fazendas, para que eles façam alguma coisa útil à comunidade.

Isto apenas será possível por intermédio do agrônomo formado numa atmosfera de trabalho racional e habituado aos modernos métodos de aproveitamento integral do solo. Além disto, fora do âmbito de suas atividades profissionais, é preciso ainda estudar o homem rural, com suas necessidades físicas e morais, afim de dar-lhe um lugar ao sol da civilização, dispensando-lhe um tratamento mais digno e mais humano, no sentido de integrá-lo melhor no espírito da grande comunidade nacional, fazendo dele um participante direto de nossas glórias e do nosso patrimônio de ordem cultural e econômica.

Para substituir os processos rotineiros e anti-econômicos pelos modernos métodos agrícolas, é mister sagacidade e conhecimentos psicológicos, pois o fazendeiro acredita que está com a razão, e o agrônomo, não raro, pensa que tudo esteja errado na fazenda, porém, várias vezes, um e outro vivem enganados e incidindo em erro de observação da realidade. Tais reformas não se fazem, outrossim, a ferro e fogo, mas com um trabalho preparatório e convincente.

Deve o agrônomo assumir uma atitude de benevolência e tolerância como se fizesse uma catequese, todavia, no fundo, sempre animado pelo desejo de introduzir, oportunamente, melhorias apreciáveis. Sem ferir melindres e exaltar suscetibilidades, deverá, pouco a pouco, adquirir a confiança dos rurícolas.

Tornar-se-á isto possível, quando o profissional da agronomia possuir um conhecimento preciso destas normas de vida, dentro das quais o homem rural procura cumprir o seu destino, satisfazendo as suas necessidades e limitados desejos. Por outro lado, a sociedade rural repousa sobre um certo número de princípios fundamentais que formam sua es-

trutura e garantem a sua existência, inclusive os padrões de moralidade, que deveriam ficar intangíveis, a bem do equilíbrio social.

O decreto-lei nº. 7.449 de 9 de abril de 1945, que dispôs sobre a organização das sociedades rurais, aumentou sensivelmente a esfera social dos agrônomos, em contato com os agricultores.

Poderiam eles promover o funcionamento de cooperativas de produção, de saúde, de consumo, de crédito e estimular a criação de escolas, fazer conferências sobre assunto de interesse social, criar centros recreativos para os associados e suas famílias, enfim, deveriam empregar todos os esforços para melhorar as condições de vida do homem rural, tão digno de melhor sorte ...

Dispa-se o agrônomo, o técnico agrícola do amor ao conforto e á comodidade, desfraldando a bandeira do idealismo agrícola, pois só assim haverá melhoria dos nossos métodos de cultivo do solo e das condições sociais do homem do campo.

Agrada-nos frisar aqui a importância do estudo das ciências sociais para o agrônomo, que há de ser, sem dúvida, o grande socializador do Brasil rural de amanhã.